

**DA LEITURA DO MUNDO À LEITURA DA PALAVRA:
A IMPORTÂNCIA DOS PRESSUPOSTOS FREIRIANOS
NA FORMAÇÃO DOS/AS PROFESSORES
DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Rosimeri Maria Barbosa (UNIABEU)

rosimeri.maria@yahoo.com.br

Cristina Novikoff (UNIGRANRIO)

Jurema Rosa Lopes (UNIGRANRIO)

RESUMO

Este trabalho, originário das discussões realizadas no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras e Ciências Humanas, no Laboratório de Estudos e Pesquisas em Representações Sociais na/para Formação de Professores (LAGERS – UNIGRANRIO), tem como objetivo refletir sobre a importância dos pressupostos freireanos na formação dos futuros professores, especificamente dos de língua portuguesa. Pesquisa, de cunho bibliográfico, tem como suporte teórico as obras de Freire (1979, 1987, 1992a, 1992b, 2000, 2009, 2011 e 2012), Gadotti (1994, 1999, 2010), Ghiraldelli Junior (2012) e Weisz (2006), bem como a legislação educacional brasileira (Constituição de 1988 e a lei 9.394/96). A partir do estudo realizado, foi possível perceber a importância do estudo dos pressupostos freireanos nas Instituições de Ensino que oferecem cursos de licenciatura, não só em letras, mas nos demais cursos que formam futuros professores como: matemática, história, biologia, química, física, geografia, educação física, pois os referidos pressupostos darão suporte para a ação docente dos mesmos, ao se depararem com as questões pedagógicas e relacionais ao cotidiano da escola.

Palavras-chave: Formação docente. Pressupostos freirianos. Práticas docentes.

1. Introdução

Os problemas presentes na formação docente podem ser observados no cotidiano da sala de aula, principalmente na rede pública de ensino, mas foram evidenciados na educação brasileira mediante as avaliações nacionais como a Prova Brasil, com exames de língua portuguesa e matemática para o 5º e 9º anos do ensino fundamental, o exame nacional do ensino médio (ENEM), que avalia todo o ensino médio e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), que avalia toda a educação superior. Há, também, o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), uma avaliação internacional, que tem como objetivo produzir indicadores que promovam a discussão sobre a qualidade da educação nos países participantes e, assim, subsidiar políticas de melhoria do ensino básico. Há, ainda, outras avaliações voltadas para a alfabe-

tização: Provinha Brasil, que avalia as competências quanto à leitura, escrita, interpretação e os conhecimentos relacionados à matemática, realizada no 2º ano do ensino fundamental e a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), aplicada pela primeira vez este ano, tendo como objetivo avaliar o processo de alfabetização dos alunos do 3º ano do ensino fundamental. Tais resultados preocupam a todos nós, que acreditamos que a educação pode e deve ser diferente.

Um país como o Brasil, que tem como patrono um dos maiores educadores e filósofos da educação do século XX, Paulo Freire, deveria estar muito à frente nas questões pedagógicas e relacionais, que a cada dia revelam a problemática, no cenário nacional, apesar de poucas exceções. Partindo daí, temos como objetivo, neste estudo, refletir sobre a importância dos pressupostos freireanos na formação e na ação docentes. Para tal, reunimos algumas das principais obras de Paulo Freire, assim como de outros estudiosos, de sua pedagogia da libertação como Gadotti, Ghiraldelli, Fernandes e de especialistas preocupados com a nossa educação como Weisz e a própria Legislação Educacional Brasileira (*Constituição, LDB e Diretrizes Curriculares Nacionais*).

Tal temática muito nos interessa, pois estamos inseridas neste processo como educadoras comprometidas com a nossa formação e com a formação dos futuros professores que estarão em nossas escolas exercendo a sua prática docente. Sendo assim, pesquisamos, buscamos através da observação, compreender o que se passa no interior dos cursos de formação e percebemos que não só Paulo Freire, como as questões pedagógicas, são trabalhadas superficialmente.

Os próprios estudantes dos cursos de licenciatura e, especificamente, os do curso de letras, dão ênfase aos conhecimentos específicos do curso, visto que é algo que lhes interessa, pois foi a área de conhecimento que despertou o interesse pelos mesmos. As disciplinas da parte pedagógica, porém, não têm o seu valor evidenciado. Alguns destes universitários lembram-se destas áreas de conhecimento quando desejam fazer concurso público e as mesmas são cobradas. Para superar o esvaziamento teórico, recorrem a cursos preparatórios e, de forma mecânica, meramente técnica, nada politizada ou conscientizadora do valor da prática docente, alguns passam e se deparam com uma realidade para a qual não estavam preparados.

Por considerarmos estas questões sérias e carentes de discussão crítica, nos dedicamos a este estudo.

2. A formação de docente de língua portuguesa e os desafios do cotidiano escolar

É de conhecimento público que um dos desafios enfrentados pela educação brasileira é a formação docente para a educação básica, visto que a educação de qualidade para todos passa pela formação destes profissionais que, por sua vez, passam por outros profissionais da educação: os professores do curso de licenciatura. É difícil localizar onde se perdeu a qualidade da formação dos professores, visto que também estamos na escola e na universidade e percebemos a gravidade dessa questão, do nó que se formou e que não conseguimos desatá-lo.

Parece incoerente, mas todas as cobranças recaem sobre os/as professores/as da educação básica, sem lembrar que os mesmos tiveram uma formação que os/as habilitou para tal prática.

Ghiraldelli (2012) faz uma severa crítica ao que ele denominou “universidade bancária”, fazendo referência à educação bancária, que Paulo Freire tanto questionou, levando-o a propor uma educação libertadora, uma educação como prática da liberdade.

Incomodado com esta situação, Ghiraldelli (2012), doutor e mestre em filosofia, afirma que esta prática, inadmissível nos dias atuais, ainda se faz presente nas escolas de educação básica e na educação superior, onde realmente ela não deveria estar presente. Para ele, Paulo Freire, ao utilizar a expressão “pedagogia bancária”, queria dizer “que a dinâmica tradicional em sala de aula implica um professor que deposita informações para os estudantes, os quais por sua vez guardam-nas ‘no cofre’ da memória”.

Como poderão os professores de língua portuguesa, formados numa “universidade bancária”, terem uma prática docente libertadora? Claro que há os que conseguem se libertar e exercer sua prática com consciência, bom senso e respeito às experiências trazidas por seus alunos, dispostos a ouvir o que cada um deles tem a dizer a partir da sua leitura do mundo, mas são raridades. O que vemos são práticas docentes meramente reprodutoras de um sistema que define o que e como ensinar, sem questionar, talvez, sem sequer se dar conta do valor social do seu trabalho como professores e professoras, principalmente quando se trata de escolas públicas, sejam elas de administrações municipais, estaduais ou federais.

Quantas lacunas ainda existem em nossa formação docente? Inú-

meras questões são deixadas de lado em prol da ditadura das avaliações externas, de ter que dar conta dos índices, da nota no ENADE, inclusive.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) dedica os artigos 61 e 62 à formação docente, porém, ainda há um distanciamento entre o que consta na legislação e o que, de fato, ocorre no cotidiano.

A lei fala em sólida formação básica, visando propiciar conhecimentos científicos e sociais elementares para o exercício da docência, mas não é bem isso que presenciamos. Fala também sobre as associações teóricas e práticas, ressaltando os estágios supervisionados. Ao pensarmos nesses estágios, lembramo-nos da precariedade com que os mesmos acontecem.

Weisz (2006, p. 118) diz que “os estágios, da forma como são feitos, pouco contribuem para a formação prático-reflexiva do professor.” Ele reforça a importância de os futuros professores fazerem o Estágio, com profissionais que sirvam como referência positiva para os mesmos, o que não acontece nos estágios realizados nas escolas de educação básica. Como professoras que um dia já foram estagiárias e como professoras supervisoras de estágio, temos que concordar com as colocações acima. Mais grave ainda é que as questões burocráticas, de documentação e seguro, entre outras, desgastam os alunos-estagiários e os professores e professoras supervisores do estágio e o essencial acaba se perdendo: a vivência na sala de aula, as discussões sobre o exercício da prática docente em uma escola real, com alunos reais, como os que estes/as estagiários/as terão ao se formarem. Isso, apesar de termos consciência de que esta é uma pequena amostragem do que é o contexto escolar, tendo em vista a diversidade escolar em termos geográficos e sociopedagógicos.

Gadotti (2010, p. 16), ao falar sobre a pedagogia do diálogo, nos adverte que “a formação e o trabalho do educador insere-se numa estratégia político-pedagógica de transformação social, na qual a educação deveria se constituir num fator importante”.

Precisamos refletir e agir quanto à formação dos futuros professores, reconhecendo que a qualidade da educação passa por esta questão formativa, mas não para nela, visto que há questões outras que influenciam nossa educação, desde a participação consciente e comprometida da família ao compromisso moral e ético dos que detém o poder: os que governam nossos municípios, estados, nosso país, ou seja, vontade política de que todos tenham acesso à educação de qualidade, pondo fim à duali-

dade entre as escolas para a elite e escola para as classes populares. Infelizmente, há professores que saem dos cursos de licenciatura com o olhar indiferente, e realiza o seu trabalho reproduzindo esta forma de “organização social”.

3. Paulo Freire e seus pressupostos

Embora Paulo Freire seja admirado mundialmente, chegando a ter uma estátua em pleno centro da capital de Estocolmo, na Suécia, em reconhecimento ao seu valor como educador e filósofo da educação, no Brasil, ainda há quem não o conheça, ou que já tenha ouvido falar em seu nome, mas desconheça suas obras, sua importância na história da educação brasileira. Pior ainda, os que nunca leram suas obras, desconhecem o seu trabalho e fazem críticas sem qualquer fundamentação, sem saber o que estão criticando. Ou, talvez pior, os que se dizem freirianos, se apropriam de uma fala que não acreditam e exercem práticas tradicionais em seu cotidiano. Pode ser que estes acreditem ser mais convincente terem suas falas embasadas nos pressupostos freirianos, visto que é o patrono da educação brasileira.

Tanto Alvarenga (2002) como Ghiraldelli (2012) alertam para os “usos” e “abusos” presentes nos discursos dos que falam sobre as idéias de Paulo Freire e mesmo dos distorcem a sua fala, para dar credibilidade às suas propostas, inclusive os Programas Governamentais de Alfabetização.

Entre os professores de língua portuguesa, a situação não é muito diferente. O diferencial é que eles pouco conhecem Paulo Freire e se mantêm indiferentes, pois a preocupação está mais voltada para os teóricos da área de formação. Tal situação é inadmissível por tudo que este educador representa para a educação. Como citado anteriormente, Paulo Freire é o patrono da educação brasileira e tal título foi a ele conferido a partir da Lei 12.612/12, sancionada pela presidente Dilma Rousseff no dia 13 de abril de 2012. Uma homenagem mais que justa, proposta pela deputada Luiza Erundina (PSB-SP). Foi o reconhecimento a este educador, preocupado com a educação crítica em serviço da transformação social, como ficou evidente em suas obras.

Foi em 19 de setembro de 1921, no Bairro de Casa Amarela, em Recife, Pernambuco, que nasceu este brasileiro preocupado com os “oprimidos”, com as pessoas das classes populares, talvez, por ter viven-

ciado, em sua infância, a pobreza e a fome, consequências da crise de 1929, e a perda do pai aos treze anos de idade.

Segundo Freire (2006, p. 47), "cresceu sem rancor, sem lamuriar-se, sem deixar que o menino-empobrecido prevalecesse sobre o menino-que-se-fazia-feliz. Permitiu que este prevalecesse na sua existência de adulto e superou a vivência do menino sofrido". Assim como suas obras são admiráveis, sua história de vida também é, pois ele soube enfrentar as dificuldades que apareciam, sem amargura ou lamentações, conseguia se reconstruir diante das adversidades.

O menino cresceu, tornou-se um homem politizado, consciente, crítico das práticas docentes tradicionais e, embora tenha se formado em Direito, não chegou a defender nenhuma causa, pois a principal causa que abraçou em sua vida foi a educação dos excluídos pelo sistema capitalista.

Estas palavras sintetizam sua indignação diante das injustiças sociais, da desigualdade presente em nossa sociedade. Por acreditar que educar é um ato político, desenvolveu, na década de 1950, uma proposta voltada para as camadas populares, visto que viveu experiências significativas no Colégio Oswaldo Cruz, como aluno e como professor, e, a partir daí, teve a possibilidade de lecionar em outras instituições escolares do Recife. Trabalhou, também, no setor de Educação e Cultura do Serviço Social da Indústria (SESI), tendo contato com a educação de adultos trabalhadores. Na Paróquia do Arraial, ele aproveitou as experiências do trabalho no SESI-PE e liderou um grupo de casais na realização de uma ação educativa popular. Estas experiências serviram de base para os projetos de Paulo Freire, que culminaram na estruturação de uma proposta de alfabetização libertadora.

Seus projetos ganharam força e reconhecimento em todo o Brasil no início da década de 1960 e Paulo Freire propôs um novo método de alfabetização que partia de palavras geradoras, que eram contextualizadas, significativas, o que ele denominou "palavramundo" (FREIRE, 1992a). Dispensou a utilização de cartilhas, visto que há muito que se aprender partindo da "leitura do mundo". Assim, formaram-se os Círculos de Cultura, onde tais palavras eram debatidas, pensadas, analisadas criticamente, despertando, em cada educando, a consciência de si mesmo e do contexto histórico e social em que viviam.

Os resultados obtidos pelo "Projeto de Educação de Jovens e Adultos", coordenado por Paulo Freire em Angicos, Rio Grande do Norte

(300 cortadores de cana alfabetizados em 45 dias), despertou interesse do então Ministro da Educação Paulo de Tarso Santos, que o convidou para coordenar o "Programa Nacional de Alfabetização".

Infelizmente, o programa, oficializado em 21 de janeiro de 1964, foi extinto em 14 de abril do mesmo ano, com o golpe militar, visto que a proposta de uma educação libertadora ia contra os interesses dos militares. Paulo Freire, assim como outros educadores progressistas, foi exilado, impedido de desenvolver a proposta de alfabetização conscientizadora em seu país, mas seu nome já era conhecido em outros países que o acolheram, como Bolívia, Chile, Estados Unidos, Suíça entre outros. Após a anistia, em 1979, Paulo Freire pode retornar ao Brasil, mas só o fez em 1980.

De volta ao Brasil, foi possível evidenciar que o tempo vivenciado no exílio foi de aprendizagem para Paulo Freire. Foi professor titular da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), exercendo a sua práxis (reflexão-ação-reflexão) até a semana anterior à sua morte. Foi professor também da UNICAMP, onde lecionou entre os anos de 1980 e 1990. Importante destacar que, aos 67 anos, em 1989, foi nomeado Secretário de Educação do Município de São Paulo, quando Luiza Erundina foi eleita prefeita do município. Em maio de 1991, considerando ter cumprido o seu compromisso como cidadão e feito o melhor que podia fazer pela educação da cidade de São Paulo, afastou-se do cargo e deu continuidade aos escritos de seus livros e à docência, sendo substituído pelo professor Mario Sergio Cortella.

Com a saúde fragilizada pelos embates da vida, pelo exílio, pelas injustiças e incompreensões de que fora vítima e pelo cigarro, fez, em 1997, uma angioplastia, mas logo após sofreu um enfarte. No dia 2 de maio de 1997, seu coração parou definitivamente de funcionar e, após algumas tentativas de reanimação, veio a falecer.

Entre suas principais obras, podemos destacar: *Educação e Mudança*, *Pedagogia do Oprimido*, *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*, *A importância do ato de ler*, *À Sombra desta Mangueira*, *Pedagogia da Autonomia*, *Professora sim, tia não*, *Pedagogia da Indignação*, *Pedagogia da Tolerância* e *Cartas a Cristina*.

Morre Paulo Freire, mas ficam suas obras, seus pressupostos e seu exemplo de amor pelo Brasil e pelos brasileiros. Amor comprometido, responsável, ético, desejoso de ver o crescimento do outro.

Seus pressupostos precisam ser discutidos nos cursos de licenciatura, tendo em vista que, ao se formarem, os professores buscam os concursos públicos, visando à estabilidade profissional e desconhecendo a realidade de trabalhar com as classes populares. Os pressupostos freireanos possam ser vivenciados em qualquer instituição de ensino, público ou privado, e em qualquer etapa da educação básica e superior, visto que não é uma receita a ser aplicada, um manual a ser seguido, mas uma questão de postura e de opção consciente por uma educação libertadora. Preocupam-nos, ainda mais, as práticas que se dão no interior das escolas de educação básica da rede pública, pois é lá que se encontram os “oprimidos”, os alunos das classes populares.

Entre os pressupostos freireanos, podemos destacar:

- 1 a importância da problematização, do desafio lançado aos educandos, levando-os a pensar, a construir o conhecimento;
- 2 a compreensão de que o ponto de partida deve estar relacionado ao contexto no qual a escola está inserida. Os conhecimentos trazidos pelos alunos são o ponto de partida para novas aprendizagens, portanto, é necessário ouvi-los;
- 3 o respeito às diferenças.
- 4 a rejeição à educação bancária e a busca de uma educação transformadora, que percebe e respeita a incompletude do ser humano (alunos/as, professores/as, funcionários/as, equipe diretiva e pais, entre outros);
- 5 a relação dialógica como base da relação professor/a e alunos/as e na escola como um todo;
- 6 a consciência de que a formação dos futuros professores não pode abrir mão da formação técnica e científica, mas necessita também o envolvimento de sonhos e utopias, que, negando o determinismo, acredita no inédito-viável;

Concluimos estes pressupostos com umas das inúmeras falas marcantes Freire (1996, p. 110): “Ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo”.

4. Considerações finais

Iniciamos este estudo refletindo sobre a importância dos pressupostos freireanos para a formação dos professores de língua portuguesa e percebemos que a prática docente está relacionada à formação docente. Portanto, se essa formação se dá em instituições que mantêm uma educação bancária, teremos semestralmente formado professores que exercerão a educação bancária nas escolas de educação básica. E todos os exames realizados pelo Governo Federal irão elucidar o que já sabemos: a precariedade da nossa educação, portanto, não se trata da criação de mais exames externos, avaliações nacionais, pois as mesmas continuam evidenciando os problemas já conhecidos. Necessário se faz um olhar diferenciado sobre as matrizes curriculares dos cursos de licenciatura, inclusive, do curso de letras. Mas, não só isso, é preciso repensar as práticas presentes nas instituições que formam os/as futuros/as professores/as, pois essas práticas são referências para os/as mesmos/as. Além da formação inicial, é preciso pensar na formação continuada dos professores e professoras que se formam e são considerados habilitados para exercerem a sua prática pedagógica.

Essencial também é a valorização dos/as professores/as, pois trabalham em duas, três, quatro instituições, para poderem viver ou sobreviver com dignidade, deixando de lado, muitas vezes, a preocupação com a própria formação, já que precisam optar pelo trabalho ou os cursos de formação e aperfeiçoamento, visto que poucas são as políticas públicas voltadas para a valorização da formação continuada dos mesmos.

Na legislação educacional brasileira constam tais ações, mas não passam do uso de palavras ajustadas ao discurso bem elaborado para cunhar ideias, uma vez que não se fazem materializados ou são pouco vivenciados no dia a dia da escola.

Há empecilhos no caminhar dos professores e professoras que desejam melhorar a sua prática, são as normas legais federais, estaduais e locais em busca de metas que emperram a “intervenção no mundo” por parte dos professores que ousam uma educação que realmente dê conta das demandas da nossa sociedade, em especial em prol do processo de humanização, de valorização da pessoa em desenvolvimento, apesar do discurso sobre os valores e princípios anunciados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

Ao concluirmos este estudo, acreditamos ter discutido as questões a que nos propusemos inicialmente, mas fica a sensação de incompletude, de que ainda há muito a ser pensado, tendo em vista as lacunas existentes na educação brasileira. Desejamos, portanto, que novos estudos se deem a partir das reflexões aqui presentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alvarenga, Marcia Soares de. *A construção do consenso pelo Programa Alfabetização Solidária: "usos" e "abusos" do pensamento freireano*. (2002) ANPED- 25ª Reunião

_____. *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental – Resolução CNE/CEB Nº 02*, de 7 de abril de 1998.

_____. *Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino médio – Resolução CEB/CNE Nº 3*, de 26 de junho de 1998.

_____. *Lei nº 9.394*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 de dezembro de 1996.

FREIRE, Ana Maria Araújo. *Paulo Freire: uma história de vida*. Indaiatuba: Vila das Letras, 2006.

FREIRE, Ana Maria Araújo. *Preciso Dizer*. In: FREIRE, Paulo. *À sombra desta mangueira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez, 1992a. (Coleção Polêmicas do nosso tempo v. 4)

_____. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992b.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*/Paulo Freire. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. *Professora sim, tia não*. São Paulo: Olho d'Água, 2009.

_____. *À sombra desta mangueira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ra, 2012.

GADOTTI, Moacir. *Pedagogia da práxis*. São Paulo: Cortez, 2010.

VALE, Maria José. *Paulo Freire, educar para transformar: almanaque histórico*. São Paulo: Mercado Cultural, 2005.

WEISZ, Telma. *O diálogo entre o ensino e a aprendizagem*. São Paulo: Ática, 2006.